

TEC - CÂMARA DE ARQUITETURA E ENGENHARIAS ( COMUNICAÇÃO COORDENADA )

NOME: CLAYTON SILVA MENDES

TÍTULO: OBRAS PÚBLICAS: ERROS EM PROJETOS QUE TORNAM A ACESSIBILIDADE INEFICAZ EM AMBIENTES EDUCACIONAIS

AUTORES: CLAYTON SILVA MENDES, CLAYTON SILVA MENDES, MAURO FERREIRA

PALAVRA CHAVE: ACESSIBILIDADE, OBRAS PÚBLICAS, POLÍTICAS EDUCACIONAIS, IFSULDEMINAS, NBR-9050

## RESUMO

As políticas de acessibilidade vêm ganhando destaque, à medida que aumenta a preocupação em atender as dificuldades das pessoas deficientes, para que estas possam interagir naturalmente com a sociedade. Dados do Censo 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam para a existência de 45,6 milhões de brasileiros com alguma deficiência, o que representa 23,9% da população, sendo a acessibilidade um tema de grande relevância. Segundo artigo 24 do Decreto Federal 5.296, de 2004, os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários. Esta situação tem respaldo na Norma Técnica NBR 9050/2015, editada e atualizada pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) que é apresentada como fonte de orientação para acessibilidade em edificações na construção ou reforma. Além disso, possui embasamento no desenho universal que visa à criação de ambientes livres de barreiras e de fácil utilização, por qualquer tipo de pessoa. Esta pesquisa pretende analisar os problemas de acessibilidade em projetos de obras públicas educacionais no município de Passos. O interesse neste assunto surge, a partir de observação de acessos com defeitos construtivos ou, até mesmo, da falta total de acessibilidade em edificações novas, cujas determinações previstas na legislação vigente e nas Normas Regulamentadoras não foram observadas por engenheiros e arquitetos. A metodologia aplicada visa identificar não apenas a quantidade de requisitos legais atendidos, mas também, se são adequados aos usuários. O trabalho está sendo executado seguindo os seguintes passos: seleção das amostras, levantamento bibliográfico, criação do instrumento de avaliação, pesquisa de campo, análise dos resultados obtidos e propostas de solução. A seleção das amostras foi feita através da forma não aleatória (não probabilística), pois o interesse não é generalizar ou inferir sobre os resultados da pesquisa, mas expressar os dados locais. A avaliação dos aspectos construtivos das edificações e da urbanização foi realizada com pesquisa em campo, utilizando-se de medições in loco, fotografias e entrevista com o gestor, tudo baseado em um instrumento de avaliação construído com base no Decreto Federal nº 5.296/2004 e na NBR-9050. A primeira parte da pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) – Campus de Passos, instituição de ensino do Governo Federal instalada no município em 2011. O campus possui um público circulante de aproximadamente 1.000 pessoas/dia. Desde 2012, várias obras novas foram contratadas, como a biblioteca, o refeitório, um novo prédio de salas de aula e um ginásio poliesportivo. Com base na Lei 8.666/1993 que institui as normas para licitações e contratos da administração pública, foi contratada uma empresa para elaboração dos projetos das novas obras. A biblioteca foi a primeira obra realizada após a aquisição do terreno. Possui 617 m<sup>2</sup> de área construída e custou R\$ 807.107,26 aos cofres públicos. Apesar de ser uma obra nova, apresentou vícios de construção e acessibilidade incompatíveis com a NBR-9050. Após a entrega da obra, o campus teve que fazer novas adaptações para atender a legislação vigente e a necessidade dos usuários, gerando um custo adicional e desnecessário ao erário, visto que a obra da biblioteca, concluída em 2013, já deveria estar em conformidade com a NBR-9050, conforme previsto no projeto básico. Os maiores problemas encontrados foram: vaso sanitário, equipamentos e barras em altura incompatível com a norma, torneiras e bebedouros inadequados, balcão de atendimento sem adaptação para cadeirantes, rampas de acesso com guarda-corpo sem corrimão, falta de sinalização e nenhuma acessibilidade para deficientes visuais. Pudemos constatar que a ocorrência destes problemas se deram principalmente por falta de vistorias e/ou vistorias inadequadas e falta de conhecimento/aplicação da legislação e da NBR9050 pelos engenheiros e arquitetos do Instituto Federal, da Prefeitura e do CREA, durante a execução da obra e liberação para funcionamento. Constatou-se ainda que o Instituto Federal possui apenas um engenheiro para acompanhar obras em oito cidades distintas, sendo a falta de servidores outro problema agravante. Os resultados obtidos até o presente momento colaboram para a escola estabelecer um direcionamento para evitar esses problemas nas novas obras, seja através de capacitações, contratação de servidores e melhor descrição de requisitos para contratação de empresas elaboradoras de projetos. A falta de acessibilidade não é um caso isolado de uma escola, mas um problema geral que deve ser enfrentado com estratégias baseadas nas Normas Técnicas. A elaboração de projetos adequados traz segurança e conforto ao usuário, economicidade ao poder público e atende a legislação vigente. A acessibilidade deve fazer parte da preocupação dos órgãos públicos e seus gestores, regularizando e projetando equipamentos que atendam efetivamente aos portadores de necessidades específicas.